



# Entrevista

## COM LORENA VICINI



Julho 2023 | São Paulo - SP

**De acordo com dados do IBGE de 2018, cerca de 5 milhões de pessoas no Brasil trabalham no setor cultural. Cerca de 44% dessas pessoas são profissionais autônomos. Quais seriam as medidas emergenciais adequadas que o Estado deveria adotar nesse momento em que quase todas as atividades estão suspensas por conta da necessidade do isolamento social? Como você avalia as respostas do atual governo para o setor?**

A resposta atual do governo para o setor veio tarde, com a promulgação da Lei Aldir Blanc já no início de junho, quando a pandemia já estava no cenário há três meses.

Acredito que medidas interessantes poderiam ser adotadas na mesma linha que as tomadas por países europeus, que promoveram ajuda financeira a instituições independentes e artistas freelancers, pequenas empresas, linhas de financiamento e subsídio à indústria cinematográfica. E também auxílio e subvenção a equipamentos culturais que representam uma grande força motriz em seu ecossistema local, que representam em nível local e estadual um montante representativo no giro da economia.

Há ainda países, como a Austrália, que com o Cherish Fund, fundo criado como uma resposta direta à pandemia como um suporte adicional, buscam não apenas restituir os profissionais da cultura de prejuízos ocasionados pela propagação do Corona, mas, por meio desse fundo, fomentam

também perspectivas para o futuro. O fundo Cherish tem como um de seus pilares, por exemplo, o desenvolvimento de capacidades da classe artística no mundo digital. Isso mostra uma perspectiva de política pública em relação à cultura, que a entende de fato como uma ferramenta de pensamento para pensar a sociedade como um todo.

No Brasil, por meio de instruções normativas, foram concedidos benefícios como adiamento de prestação de contas para projetos cuja captação deveria acontecer em 2020 e também que o uso de recursos captados pudesse ser redirecionado para a manutenção das instituições culturais, para que isso pudesse evitar demissões, por exemplo. Essas medidas ajudam uma parte da classe cultural, que está ligada a um ecossistema mais institucionalizado. Mas não atinge aos profissionais autônomos e independentes, que são os mais precarizados nesta situação.

**Recentemente foi aprovado na Câmara dos Deputados um projeto de lei para auxiliar os trabalhadores do setor da cultura. Trata-se da “Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc”, que destina em torno de R\$ 3,6 bilhões da União federal para trabalhadores informais e projetos voltados para a cultura no país. Qual sua avaliação acerca dessa medida? É suficiente?**

O que chama atenção, em primeiro lugar, é a demora de qualquer tipo de auxílio por parte do governo para a classe cultural. O recurso que compõe a Lei Aldir Blanc tem

como origem uma verba que já estava parada no Fundo Nacional de Cultura desde o ano passado, ou seja, era possível ter articulado esse auxílio muito antes, em março ou abril, como aconteceu na Europa, Estados Unidos, Oceania etc. Em termos de formato, não tem nada de muito novo com o que já foi feito em outros países e, neste momento, atende a esse caráter emergencial: auxílio a trabalhadores da cultura, espaços culturais e promoção de editais, prêmios, chamadas públicas.

Considero importante, no entanto, lembrar que o setor cultural foi um dos primeiros a ser afetado pela pandemia (com suas atividades sendo basicamente presenciais) e vai ser um dos últimos a retornar, ou seja, os três meses de auxílio a profissionais da cultura (mesmo que renovados por mais 3 meses) não devem ser suficientes para o tempo de inatividade imposto a essa classe.

Também é importante observar o formato em que deverão ser formuladas as chamadas públicas e editais, a quem elas privilegiam. Da parte do setor privado, vimos editais que, em sua seleção final, acabaram por privilegiar grandes artistas, como foi o caso do Itaú Cultural “Arte como Respiro: Múltiplos Editais de Emergência» concedendo premiações a artistas renomados como Zélia Duncan e Luiz Tati. Tanto na forma, como nos critérios de seleção e comissão julgadora é importante ter em mente a função pública de editais neste momento.

**Políticas de fomento ao setor em geral passam por subsídios e financiamentos públicos, via editais públicos e outros meios. Passam, portanto, pelo orçamento. Você avalia que a fatia orçamentária destinada para o setor ao longo dos últimos governos é condizente com a importância e potencialidade do setor? Haveria - ou é desejável - pensar em formas complementares de financiamento?**

Não necessariamente passam pelo orçamento, como foi o caso da própria Lei Aldir Blanc, que era um dinheiro que já estava em caixa, no Fundo Nacional de Cultura. Acho que aqui também é importante fazer uma pausa para pensar o que seriam “investimentos” e de qual cultura estamos falando. Em 2019, por exemplo, os musicais captaram mais de R\$46 milhões via Lei Rouanet. Então dizer que não há dinheiro investido em cultura é mentira. Mas quando saímos das artes performáticas com características de entretenimento, showbusiness e marketing - como é o caso dos musicais - o investimento de fato mingua.

Da parte de recursos públicos, que, em princípio, teria como dever fomentar as produções com caráter menos mercadológico, o investimento também vem diminuindo. Segundo dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2019, A participação do setor nos gastos do governo federal em relação ao orçamento total caiu de 0,08% em 2011 para 0,07% em 2018. Já os

governos estaduais reduziram de 0,42% em 2011 para 0,28% em 2018 e os municípios diminuíram de 1,12% em 2011 para 0,79% em 2018.

Em relação às formas complementares de financiamento, já estamos vivendo as parcerias público-privadas. Um modelo interessante pode ser o do Matchfunding, que combina a participação do público e privado, embora, novamente, ele esteja muito ligado a um setor da economia criativa e não fomenta e nem protege a parcela do setor que é menos profissionalizada – como a ligada às manifestações de cultura popular ou periférica, por exemplo. O BNDES recentemente realizou um edital no formato matchfunding.

Outra possibilidade é um trabalho de incentivo de patrocínio mais regional, a criação de programas que fomentem a relação entre empresas e iniciativas culturais mais localizadas.

**O governo atual possui a missão declarada de resgatar o que entende como valores tradicionais (família, religião, moralidade cristã, conservadorismo etc.) e tem notoriamente agido de maneira a vetar o fomento de eventos ou produtos culturais que fujam a uma visão plural de mundo, como têm reclamado muitos profissionais do setor. Como você entende que deve ser o papel do governo diante da inegável pluralidade étnico-cultural e religiosa que marca um país como o Brasil?**

O governo no poder atualmente pensa qualquer manifestação cultural como ferramenta ideológica de esquerda, o que banaliza uma discussão mais ampla e complexa. Historicamente essas manifestações culturais dos povos negros e indígenas acontecem de maneira não institucional, fora do sistema, como parte da prática da vida desses grupos. Esse cenário mudou um pouco com o programa Cultura Viva, implementado na gestão do então Ministro da Cultura Juca Ferreira, que teve como um de seus principais pilares o fomento aos Pontos de Cultura, que opera de baixo para cima, por meio dos quais comunidades que se entendem como agentes de produção cultural podem se candidatar à verba com um projeto. É uma outra concepção de política cultural, o que é cultura passa a ser definido pelos próprios agentes culturais, e não pelo sistema.

Pensando nisso, entendo que o papel do governo é trabalhar com uma noção de cultura ampla – que tanto preserve o espaço de manifestações culturais que não necessariamente possuem um viés mercadológico, mas também fornecer ferramentas que as produções mais mercadológicas tenham seu espaço. E, para isso, desenvolver ferramentas de incentivos fiscais por parte do privado para que os recursos não venham a afluir apenas nas produções mais hollywoodianas e com mais visibilidade.

Ampliação da noção de cultura também como uma medida de distribuição de renda e diminuição da desigualdade social, sendo assim uma medida econômica: na medida

em que agentes menos institucionalizados passam a ter acesso a recursos. Como essas iniciativas menos institucionalizadas acabam por não atender a critérios mais mercadológicos – ligados principalmente a marketing e visibilidade, o acesso ao incentivo cultural acaba não sendo democrático. Uma certa noção centralizadora de cultura, homogeneizante, enquanto a versão mais democrática seria mais rizomática.

**Se tivesse a oportunidade de participar da formação de um projeto político para o país, quais seriam as principais diretrizes para a área da cultura?**

Regulamentações fomentando maior número de leis de incentivo à cultura nos âmbitos estaduais e municipais de fomento à cultura para projetos menores, que promovam um maior número de projetos incentivados, com montantes menores; Revisão de formatos para a candidatura de projetos, buscando reduzir processos burocráticos para a candidatura de artistas e agentes culturais menos formalizados (no modelo do Programa VAI).

## Biografia



*Lorena Vicini*

É gerente de comunicações do Instituto Inhotim, doutoranda na Kunsthochschule Kassel (Escola de Arte e Design de Kassel) e pesquisadora na documenta studies, uma plataforma de pesquisa vinculada à criação do documenta Institut. Entre 2016-2018 foi coordenadora de projeto do “Episodes of the South” no Goethe-

Institut São Paulo e responsável pela conferência internacional “Echoes of the South Atlantic” em Salvador (Bahia). Seus principais temas de interesse e ação são a crítica institucional e a decolonização de instituições artísticas e culturais.

